2025/820

28.4.2025

DECISÃO (PESC) 2025/820 DO CONSELHO

de 25 de abril de 2025

que altera a Decisão 2013/184/PESC que impõe medidas restritivas tendo em conta a situação em Mianmar/Birmânia

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado da União Europeia, nomeadamente o artigo 29.º,

Tendo em conta a proposta da alta representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança,

Considerando o seguinte:

(1) Em 22 de abril de 2013, o Conselho adotou a Decisão 2013/184/PESC ([1]).

(2) Com base numa reapreciação da Decisão 2013/184/PESC e tendo em conta a grave situação que se mantém em Mianmar/Birmânia, nomeadamente ações que comprometem a democracia, bem como graves violações dos direitos humanos, as medidas restritivas em vigor deverão ser prorrogadas até 30 de abril de 2026.

(3) Com base nas informações atualizadas recebidas, deverão ser alteradas as entradas relativas a 14 pessoas incluídas na lista de pessoas singulares e coletivas, entidades e organismos sujeitos a medidas restritivas que consta do anexo da Decisão 2013/184/PESC.

(4) Por conseguinte, a Decisão 2013/184/PESC deverá ser alterada em conformidade,

ADOTOU A PRESENTE DECISÃO:

Artigo 1.º

A Decisão 2013/184/PESC é alterada do seguinte modo:

1) No primeiro parágrafo do artigo 12.º, a data «30 de abril de 2025» é substituída por «30 de abril de 2026».

2) O anexo é alterado em conformidade com o anexo da presente decisão.

Artigo 2.º

A presente decisão entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

Feito em Bruxelas, em 25 de abril de 2025.

Pelo Conselho

O Presidente

A. SZŁAPKA

([1]) Decisão 2013/184/PESC do Conselho, de 22 de abril de 2013, que impõe medidas restritivas tendo em conta a situação em Mianmar/Birmânia (JO L 111 de 23.4.2013, p. 75, ELI: http://data.europa.eu/eli/dec/2013/184(1)/oj).

ANEXO

No anexo da Decisão 2013/184/PESC, as entradas relativas às seguintes 14 pessoas constantes da secção «A. Pessoas singulares a que se referem o artigo 5.º, n.º 1, e o artigo 6.º, n.º 1» passam a ter a seguinte redação:

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
«18.	Sein Win	Data de nascimento: 24.7.1956; Local de nascimento: Pyin Oo Lwin, Mianmar/Birmânia; Nacionalidade: Mianmar; Sexo: masculino	O tenente-general Sein Win é membro da Tatmadaw e é o antigo ministro da Defesa (entre 24 de agosto de 2015 e 1 de fevereiro de 2021). Desde fevereiro de 2021, é presidente da Myanmar War Veterans Organization. Em 1 de fevereiro de 2021, participou na reunião do Conselho Nacional para a Defesa e Segurança (CNDS) com os outros membros da Tatmadaw. A reunião do CNDS foi inconstitucional pois não incluiu os seus membros civis. Myint Swe foi declarado presidente em exercício durante esta reunião. Em seguida, Myint Swe declarou o estado de emergência e entregou os poderes legislativo, executivo e judicial do Estado a Min Aung Hlaing, comandante-chefe dos Serviços de Defesa. O procedimento de declaração do estado de emergência foi violado, uma vez que, ao abrigo da constituição, só o presidente tem autoridade para declarar o estado de emergência. Ao participar na reunião do CNDS em que foi decidido declarar o estado de emergência e transferir os poderes legislativo, executivo e judicial do Estado para o comandante-chefe dos Serviços de Defesa, Sein Win contribuiu para rejeitar os resultados das eleições de 8 de novembro de 2020 e derrubar o governo democraticamente eleito. Por conseguinte, é responsável por comprometer a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia. Em 2018, as Nações Unidas, bem como outras organizações internacionais da sociedade civil, relataram graves violações dos direitos humanos e graves violações do direito internacional humanitário cometidas nos Estados de Kachin, Rakhine e Shan contra a população roinja pelas forças militares e policiais desde 2011, e concluíram que muitas destas violações constituem os mais graves crimes nos termos do direito internacional. Na qualidade de ministro da Defesa de 24 de agosto de 2015 a 1 de fevereiro de 2021, Sein Win é responsável por essas graves violações e atropelos dos direitos humanos contra a população roinja.	22.3.2021

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
20.	Mya Tun Oo	Nacionalidade: Mianmar/Birmânia; Data de nascimento: 4.5.1961 ou 5.5.1961; Sexo: masculino	O general Mya Tun Oo é membro das Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw). Foi ministro da Defesa de 1 de fevereiro de 2021 a 3 de agosto de 2023, e é membro do Conselho de Administração do Estado (CAE). Em 1 de fevereiro de 2023, foi também nomeado vice-primeiro-ministro. A partir de 1 de agosto de 2023, assumiu igualmente as funções de ministro dos Transportes e das Comunicações da União. Além disso, supervisiona outros organismos de supervisão controlados pela junta, relacionados com o investimento e o comércio externos. Em 1 de fevereiro de 2021, as Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), lideradas pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing, realizaram um golpe de Estado em Mianmar rejeitando os resultados das eleições de 8 de novembro de 2020 e derrubando o governo democraticamente eleito. No âmbito do golpe de Estado, o vice-presidente Myint Swe, na qualidade de presidente em exercício, declarou o estado de emergência em 1 de fevereiro de 2021 e transferiu os poderes legislativo, executivo e judicial do Estado para o comandante-chefe dos Serviços de Defesa, o general Min Aung Hlaing. Em 2 de fevereiro de 2021, foi criado o CAE no intuito de exercer esses poderes, impedindo o governo democraticamente eleito de cumprir o seu mandato. Mya Tun Oo participou na reunião do Conselho Nacional para a Defesa e Segurança (CNDS) de 31 de janeiro de 2022, em que o estado de emergência foi prorrogado até 31 de julho de 2022. Na qualidade de membro do CNDS e do CAE, o general Mya Tun Oo está diretamente envolvido na tomada de decisões, e é por elas responsável, no que respeita às funções do Estado e, por conseguinte, é responsável por comprometer a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia. Além disso, o CAE adotou decisões que limitam a liberdade de expressão, incluindo o acesso à informação, e a liberdade de reunião pacífica. As forças militares e as autoridades que operam sob o controlo do CAE cometeram graves violações dos direitos humanos desde 1 de fevereiro de 2021; mataram civis e manifestantes desarmados, limitaram o direito às liberdades de reunião e de expressão, inclusive através da limitação do acesso à Internet e da prisão e detenção arbitrária de dirigentes da oposição e opositores ao golpe de Estado.	22.3.2021

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
			Na qualidade de membro do CAE, o general Mya Tun Oo é diretamente responsável por essas ações de repressão e por graves violações dos direitos humanos. Além disso, na qualidade de antigo ministro da Defesa, Mya Tun Oo é responsável pelos ataques levados a cabo pelas forças militares no Estado de Kayah em 25 de dezembro de 2021, que causaram a morte de mais de 30 pessoas, incluindo crianças e pessoal humanitário, e pela prática de assassínios em massa e de tortura de civis em todo o território de Mianmar/Birmânia. Na sua anterior função de ministro da Defesa, o general Mya Tun Oo foi, além disso, responsável pelos bombardeamentos, ataques aéreos e outros atos de violência em grande escala perpetrados pelas Forças Armadas de Mianmar em 2022. Por conseguinte, é responsável por graves violações dos direitos humanos em Mianmar/Birmânia. Em 2018, as Nações Unidas, bem como outras organizações internacionais da sociedade civil, relataram graves violações dos direitos humanos e graves violações do direito internacional humanitário cometidas nos Estados de Kachin, Rakhine e Shan contra a população roinja pelas forças militares e policiais desde 2011, e concluíram que muitas destas violações constituem os mais graves crimes nos termos do direito internacional. De agosto de 2016 até ser nomeado ministro da Defesa, Mya Tun Oo foi chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), o terceiro mais alto posto da Tatmadaw. Nessa qualidade, supervisionou operações militares realizadas no Estado de Rakhine e coordenou os diversos ramos das forças armadas – Exército, Marinha e Força Aérea, bem como o uso de artilharia. Por conseguinte, é responsável por essas graves violações e atropelos dos direitos humanos contra a população roinja.	

ELI: http://data.europa.eu/eli/dec/2025/820/oj

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
24.	Moe Myint Tun	Data de nascimento: 24.5.1968; Nacionalidade: Mianmar; Sexo: masculino	O tenente-general Moe Myint Tun foi membro das Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw) e membro do Conselho de Administração do Estado (CAE). Em 1 de fevereiro de 2021, as Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), lideradas pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing, realizaram um golpe de Estado em Mianmar rejeitando os resultados das eleições de 8 de novembro de 2020 e derrubando o governo democraticamente eleito. No âmbito do golpe de Estado, o vice-presidente Myint Swe, na qualidade de presidente em exercício, declarou o estado de emergência em 1 de fevereiro e transferiu os poderes legislativo, executivo e judicial do Estado para o comandante-chefe dos Serviços de Defesa, o general Min Aung Hlaing. Em 2 de fevereiro, foi criado o CAE no intuito de exercer esses poderes, impedindo o governo democraticamente eleito de cumprir o seu mandato. Na qualidade de membro do CAE, o tenente-general Maung Moe Myint Tun está diretamente envolvido na tomada de decisões, e é por elas responsável, no que respeita às funções do Estado e, por conseguinte, é responsável por comprometer a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia. Além disso, o CAE adotou decisões que limitam a liberdade de expressão, incluindo o acesso à informação, e a liberdade de reunião pacífica. As forças militares e as autoridades que operam sob o controlo do CAE cometeram graves violações dos direitos humanos desde 1 de fevereiro de 2021; mataram civis e manifestantes desarmados, limitaram o direito às liberdades de reunião e de expressão, inclusive através da limitação do acesso à Internet e da prisão e detenção arbitrária de dirigentes da oposição e opositores ao golpe de Estado. A sua influência contínua no regime da Junta é demonstrada pelo facto de estarem a ser adjudicados grandes contratos de construção a familiares seus, situação que tipicamente se verifica devido a ligações a oficiais de alta patente. Na qualidade de antigo membro do CAE, o tenente-general Moe Myint Tun é diretamente responsável por essas ações de repressão e por graves violações dos direitos humanos. Em 2018, as Nações Unidas, bem como outras organizações internacionais da sociedade civil, relataram graves violações dos direitos humanos e graves violações do direito internacional humanitário cometidas nos Estados de Kachin, Rakhine e Shan contra a população roinja pelas forças militares e policiais desde 2011, e concluíram que muitas destas violações constituem os mais graves crimes nos termos do direito internacional. O tenente-general Moe Myint Tun foi o comandante do Serviço de Operações Especiais n.º 6 e foi chefe de Estado-Maior (Exército) das Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw) até 2019. Nessa qualidade, supervisionou as operações militares no Estado de Rakhine. Por conseguinte, é responsável por essas graves violações e atropelos dos direitos humanos contra a população roinja.	22.3.2021

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
25.	Than Hlaing	Nacionalidade: Mianmar/Birmânia; Data de nascimento: 1965; Sexo: masculino	O tenente-general Than Hlaing é membro das Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw). Foi nomeado ministro-adjunto dos Assuntos Internos e chefe da polícia em 2 de fevereiro de 2021, tendo-se demitido dessas funções em 5 de maio de 2022. Faz atualmente parte das forças de reserva. Em 1 de fevereiro de 2021, as Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), lideradas pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing, realizaram um golpe de Estado em Mianmar rejeitando os resultados das eleições de 8 de novembro de 2020 e derrubando o governo democraticamente eleito. No âmbito do golpe de Estado, o vice-presidente Myint Swe, na qualidade de presidente em exercício, declarou o estado de emergência em 1 de fevereiro de 2021 e transferiu os poderes legislativo, executivo e judicial do Estado para o comandante-chefe dos Serviços de Defesa, o general Min Aung Hlaing. Em 2 de fevereiro de 2021, foi criado o CAE no intuito de exercer esses poderes, impedindo o governo democraticamente eleito de cumprir o seu mandato. Nomeado pelo CAE, o tenente-general Than Hlaing esteve envolvido em ações e políticas que comprometem a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia, bem como em ações que ameaçam a paz, a segurança e a estabilidade de Mianmar/Birmânia. Além disso, as forças policiais sob a autoridade do tenente-general Than Hlaing cometeram graves violações dos direitos humanos desde 1 de fevereiro de 2021, mataram civis e manifestantes desarmados, limitaram o direito às liberdades de reunião e de expressão, levaram a cabo prisões e detenções arbitrárias de dirigentes da oposição e opositores ao golpe de Estado. Nas suas anteriores funções de ministro-adjunto dos Assuntos Internos e de chefe da polícia, o tenente-general Than Hlaing foi diretamente responsável pela tomada de decisões no que respeita às políticas de repressão e às ações violentas cometidas pela polícia contra manifestantes pacíficos e, por conseguinte, é responsável por graves violações dos direitos humanos em Mianmar/Birmânia.	22.3.2021

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
32.	Sai Long Hseng	Nacionalidade: Mianmar/Birmânia; Data de nascimento: 18.4.1947; Local de nascimento: Kengtung, Mianmar/Birmânia; Sexo: masculino; Cartão de verificação da cidadania: Katana (Naing) 0052495; Número no Registo Nacional de Cidadãos (RNC): 13/KATANA (N)-005249; Função: antigo membro do Conselho de Administração do Estado	Sai Long Hseng foi membro do Conselho de Administração do Estado (CAE) e do seu órgão consultivo central. Em 1 de fevereiro de 2021, as Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), lideradas pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing, realizaram um golpe de Estado em Mianmar rejeitando os resultados das eleições de 8 de novembro de 2020 e derrubando o governo democraticamente eleito. No âmbito do golpe de Estado, o vice-presidente Myint Swe, na qualidade de presidente em exercício, declarou o estado de emergência em 1 de fevereiro de 2021 e transferiu os poderes legislativo, executivo e judicial do Estado para o comandante-chefe dos Serviços de Defesa, o general Min Aung Hlaing. Em 2 de fevereiro de 2021, foi criado o CAE no intuito de exercer esses poderes, impedindo o governo democraticamente eleito de cumprir o seu mandato. Na qualidade de membro do CAE e do seu órgão consultivo central, Sai Long Hseng está diretamente envolvido na tomada de decisões, e é por elas responsável, no que respeita às funções do Estado e, por conseguinte, é responsável por comprometer a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia. Além disso, o CAE adotou decisões que limitam a liberdade de expressão, incluindo o acesso à informação, e a liberdade de reunião pacífica. As forças militares e as autoridades que operam sob o controlo do CAE cometeram graves violações dos direitos humanos desde 1 de fevereiro de 2021; mataram civis e manifestantes desarmados, limitaram o direito às liberdades de reunião e de expressão, inclusive através da limitação do acesso à Internet e da prisão e detenção arbitrária de dirigentes da oposição e opositores ao golpe de Estado. Além disso, o CAE impôs ainda a lei marcial em algumas partes do país, outorgando às forças militares total autoridade sobre essas zonas específicas, incluindo funções administrativas, judiciais e de aplicação da lei. Nas zonas sujeitas à lei marcial, a população civil, nomeadamente os jornalistas e os manifestantes pacíficos, são objeto de ação penal por parte dos tribunais militares, o que os priva efetivamente do direito a um processo equitativo, inclusive do direito de recurso. Verifica-se também, nas zonas em que foi declarada a lei marcial, um aumento significativo das ações violentas cometidas pelas forças militares e policiais, o que constitui uma ameaça para a paz, a segurança e a estabilidade. Na qualidade de membro do CAE e do seu órgão consultivo central, Sai Long Hseng é diretamente responsável por essas ações de repressão e por graves violações dos direitos humanos.	19.4.2021

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
40.	Tin Aung San	Nacionalidade: Mianmar/Birmânia; Data de nascimento: 16.10.1960; Sexo: masculino; N.º de identidade nacional: 12/La Ma Na (N) 89 489	O almirante Tin Aung San é comandante-chefe da Marinha de Mianmar, membro do Conselho de Administração do Estado (CAE) e ministro do Gabinete do Primeiro-Ministro. Anteriormente, exerceu as funções de ministro dos Transportes e das Comunicações e de ministro da Defesa. Em 1 de fevereiro de 2021, as Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), lideradas pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing, realizaram um golpe de Estado em Mianmar rejeitando os resultados das eleições de 8 de novembro de 2020 e derrubando o governo democraticamente eleito. No âmbito do golpe de Estado, o vice-presidente Myint Swe, na qualidade de presidente em exercício, declarou o estado de emergência em 1 de fevereiro de 2021 e transferiu os poderes legislativo, executivo e judicial do Estado para o comandante-chefe dos Serviços de Defesa, o general Min Aung Hlaing. Em 2 de fevereiro de 2021, foi criado o CAE no intuito de exercer esses poderes, impedindo o governo democraticamente eleito de cumprir o seu mandato. Na sua qualidade de ministro dos Transportes e das Comunicações, Tin Aung San foi responsável pelas comunicações e pelas redes de comunicação e, por conseguinte, tomou decisões e aplicou políticas que definem a liberdade de acesso aos dados em linha. Enquanto exerceu esta função, registaram-se numerosos cortes e abrandamentos deliberados dos serviços de Internet e foram dadas ordens para que os fornecedores impedissem o acesso em linha ao Facebook, ao Twitter e ao Instagram. Em janeiro de 2022, foi divulgado um novo projeto de lei sobre a cibersegurança, que permite a utilização abusiva da tecnologia de vigilância para monitorizar e controlar pessoas, privando-as assim da liberdade de expressão bem como do acesso à informação. Por conseguinte, Tin Aung San é diretamente responsável por limitar a liberdade de imprensa e o acesso às informações em linha, bem como por violar o direito à privacidade do povo de Mianmar. Como tal, comprometeu a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia. Na sua qualidade de membro do CAE, de vice-primeiro-ministro e de ex-ministro da Defesa, Tin Aung San está diretamente envolvido na tomada de decisões, e é por elas responsável, no que respeita às funções do Estado e, por conseguinte, é responsável por comprometer a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia. É também responsável direto pelas decisões repressivas tomadas pelo CAE, inclusive pela aprovação de legislação que viola os direitos humanos e limita as liberdades dos cidadãos de Mianmar, bem como pelas graves violações dos direitos humanos cometidas pelas forças de segurança do país.	21.6.2021

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
44.	Aung Naing Oo	Data de nascimento: 13.10.1962 ou 9.6.1969; Nacionalidade: Mianmar/Birmânia; Local de nascimento: Kyaukse, Mandalay, Mianmar/Birmânia; Sexo: masculino; Endereço: L 103, Kenyeikthar Lane 6, FMI city, Yangon, Mianmar/Birmânia; Número de passaporte: DM002656; N.º de identidade nacional: 7/PaKhaNa (Naing) 13345; 5/SaKaNa (Naing) 017289	Aung Naing Oo é o antigo ministro do Comércio. Foi ministro do Investimento e das Relações Económicas Externas de 2 de fevereiro de 2021 a 18 de agosto de 2022. Foi nomeado pelo Conselho de Administração do Estado (CAE), dirigido pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing, que assumiu os poderes legislativo, executivo e judicial do Estado em 2 de fevereiro de 2021. Na qualidade de antigo ministro do Governo, integra o regime militar, que tomou o poder durante um golpe militar e derrubou os dirigentes legitimamente eleitos em Mianmar/Birmânia. Enquanto ministro do Investimento e das Relações Económicas Externas, foi responsável por facilitar os negócios e os investimentos em Mianmar/Birmânia; por conseguinte, contribui para o suprimento das necessidades financeiras do regime militar. Através das suas declarações e atos, apoiou publicamente o golpe de Estado e o regime militar, tendo inclusivamente afirmado que os meios de comunicação social internacionais tinham exagerado a dimensão da crise e insistido que o movimento de desobediência civil estaria a chegar ao seu termo. Além disso, proibiu executivos de empresas estrangeiras de telecomunicações de saírem do país sem autorização e, em fevereiro de 2021, demitiu funcionários públicos do ministério que tinham participado em protestos. Por conseguinte, as suas ações, políticas e atividades comprometem a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia; e Aung Naing Oo participa igualmente em ações que ameaçam a paz, a segurança e a estabilidade de Mianmar/Birmânia.	21.2.2022

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
64.	Ni Lin Aung	Nacionalidade: Mianmar/Birmânia; Sexo: masculino	O major-general Ni Lin Aung tem vindo a exercer funções no Comando Central do Leste desde agosto de 2022. É o antigo comandante do Comando Leste das Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw). Parte da jurisdição do Comando Leste é o Estado de Kayah. Num ataque perpetrado em 24 de dezembro de 2021 perto da aldeia de Moso, no município de Phruso, Estado de Karenni (Kayah), pelo menos 35 pessoas morreram, entre as quais civis, crianças e dois trabalhadores humanitários da ONG Save the Children. A Tatmadaw foi responsabilizada pelo ataque. Na sua qualidade de comandante do Comando Leste, o major (antigo brigadeiro)-general Ni Lin Aung comandou diretamente as unidades no Estado de Kayah, incluindo as responsáveis por aquele massacre. Em 21 de julho de 2023, o major-general Ni Lin Aung foi nomeado ministro-adjunto dos Assuntos Internos, tendo-lhe sido atribuída a responsabilidade conjunta de chefe da polícia, e em 3 de agosto de 2024 voltou a assumir as suas anteriores funções militares. Na qualidade de antigo ministro-adjunto e enquanto membro das Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), integra o regime militar, que tomou o poder durante um golpe militar e derrubou os dirigentes legitimamente eleitos em Mianmar/Birmânia. Por conseguinte, o major-general Ni Lin Aung é responsável por comprometer a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia e por graves violações dos direitos humanos, bem como por ter participado em ações que ameaçam a paz, a segurança e a estabilidade de Mianmar/Birmânia.	21.2.2022

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
75.	Phone Myat	Nacionalidade: Mianmar/Birmânia; Sexo: masculino	O tenente-general Phone Myat é o comandante do Serviço de Operações Especiais n.º 5 (BSO 5) desde janeiro de 2025 e foi comandante do Serviço de Operações Especiais n.º 3 (BSO 3) das Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw) de abril de 2021 a janeiro de 2025. Anteriormente, exerceu as funções de ministro-adjunto no Ministério dos Assuntos Internos entre julho de 2020 e abril de 2021 e foi comandante do Comando Ocidental entre maio de 2019 e julho de 2020. Na qualidade de comandante do BSO 5, Phone Myat comanda e controla as forças militares na região de Rangum. Enquanto comandante do BSO 3, Phone Myat comandou e controlou as forças militares do Comando Sudoeste (Ayeyarwaddy), do Comando Sul (Bago e Magway) e do Comando Ocidental (Rakhine e Chin). As forças militares sob o seu comando cometeram graves violações dos direitos humanos, crimes e atrocidades, incluindo assassinatos, ataques terrestres e aéreos contra civis e massacres na região de Magway, no Estado de Chin e na região de Bago. Na qualidade de comandante do BSO 5 e antigo comandante da BSO 3, Phone Myat é responsável por graves violações dos direitos humanos e por atividades que comprometem a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia, bem como por ações que ameaçam a paz, a segurança e a estabilidade de Mianmar/Birmânia.	8.11.2022

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
77.	Thet Pon	Nacionalidade: Mianmar/Birmânia; Sexo: masculino	O tenente-general Thet Pon é o comandante do Serviço de Operações Especiais n.º 6 (BSO 6) desde janeiro de 2025 e foi comandante do Serviço de Operações Especiais n.º 5 (BSO 5) das Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw) de junho de 2020 a janeiro de 2025. Anteriormente, foi comandante do Comando Noroeste até 2017 e do Comando Regional de Rangum entre 2017 e junho de 2020. Na qualidade de comandante do BSO 6, Thet Pon comanda e controla as forças militares na região de Nay Pyi Taw. Enquanto comandante do BSO 5, Thet Pon comandou e controlou as forças militares e os tribunais militares na região de Rangum. Em março de 2021, o Conselho de Administração do Estado instaurou a lei marcial em Mianmar, transferindo os poderes executivo e judicial para os chefes dos respetivos comandos militares regionais. Até julho de 2022, os tribunais militares da região de Rangum condenaram 119 pessoas à morte, muitas delas por razões políticas, incluindo quatro membros da oposição democrática que foram executados na região de Rangum. Além disso, as forças militares da região de Rangum cometeram atos violentos e assassinatos contra manifestantes pacíficos, como o uso de força letal durante os protestos contra a junta que ocorreram em 14 de março de 2021 no município de Hlaing Tharyar, na região de Rangum. Na qualidade de comandante do BSO 6 e antigo comandante da BSO 5, Thet Pon é responsável por graves violações dos direitos humanos e por atividades que comprometem a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia, bem como por ações que ameaçam a paz, a segurança e a estabilidade de Mianmar/Birmânia.	8.11.2022

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
78.	Htein Win	Nacionalidade: Mianmar/Birmânia; Sexo: masculino	O almirante Htein Win é comandante-chefe da Marinha, bem como antigo chefe da formação das Forças Armadas e antigo comandante do Comando Sul das Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw). Enquanto comandante regional, comandou e controlou as forças militares nas regiões de Bago e Magway. Nessas regiões, as forças militares foram responsáveis por ataques aéreos, rusgas, incêndios provocados, numerosos assassinatos e utilização de escudos humanos. A região de Magway é um ponto crítico das operações brutais contra a oposição conduzidas pelos militares, que nessa região empregam uma estratégia de "matar toda a gente, queimar tudo e saquear tudo". Na qualidade de comandante-chefe da Marinha, antigo chefe da formação das Forças Armadas e antigo comandante do Comando Sul, Htein Win é responsável por graves violações dos direitos humanos e por atividades que comprometem a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia, bem como por ações que ameaçam a paz, a segurança e a estabilidade de Mianmar/Birmânia.	8.11.2022
81.	Nyunt Win Swe	Nacionalidade: Mianmar/Birmânia; Sexo: masculino	O tenente-general Nyunt Win Swe é o comandante do Serviço de Operações Especiais n.º 4 (BSO 4) desde 2023. Nessa qualidade, comanda e controla as forças militares na região de Rangum. Foi comandante das Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw) na região de Rangum entre junho de 2020 e o início de 2023. Nessa qualidade, Nyunt Win Swe comandou e controlou as forças militares na região de Rangum e supervisionou os tribunais militares dessa região. Em março de 2021, o Conselho de Administração do Estado instaurou a lei marcial em Mianmar, transferindo os poderes executivo e judicial para os chefes dos respetivos comandos militares regionais. Até julho de 2022, os tribunais militares da região de Rangum condenaram 119 pessoas à morte, muitas delas por razões políticas, incluindo quatro membros da oposição democrática que foram executados na região de Rangum. Além disso, as forças militares da região de Rangum cometeram atos violentos e assassinatos contra manifestantes pacíficos, como o uso de força letal durante os protestos contra a junta que ocorreram em 14 de março de 2021 no município de Hlaing Tharyar, na região de Rangum. No exercício das suas funções, Nyunt Win Swe é responsável por graves violações dos direitos humanos e por atividades que comprometem a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia, bem como por ações que ameaçam a paz, a segurança e a estabilidade de Mianmar/Birmânia.	8.11.2022

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
89.	Maung Maung Aye	Nacionalidade: Mianmar/Birmânia; Local de nascimento: Mianmar/Birmânia; Sexo: masculino; Patente: general	O general Maung Maung Aye foi o chefe do Estado-Maior do Exército, da Marinha e da Força Aérea de Mianmar até dezembro de 2024. Em dezembro de 2024, foi nomeado ministro da Defesa. No exercício das suas funções, Maung Maung Aye faz parte do regime que, em fevereiro de 2021, tomou o poder e derrubou os dirigentes legitimamente eleitos em Mianmar/Birmânia. Participa ativamente na aquisição de armas à Rússia. Além disso, contribui para reforçar o posicionamento internacional das Forças Armadas de Mianmar por efeito das reuniões que teve com os seus homólogos de outros países. Por conseguinte, é uma pessoa singular cujas ações, políticas ou atividades comprometem a democracia ou o Estado de direito em Mianmar/Birmânia, e que realiza ou apoia ações que ameaçam a paz, a segurança ou a estabilidade de Mianmar/Birmânia. É também responsável por numerosas violações dos direitos humanos.	20.2.2023
95.	Kyaw Swar Lin (t.c.p. Kyaw Swar Linn)	Nacionalidade: Mianmar/Birmânia; Local de nascimento: Mianmar/Birmânia; Sexo: masculino; Função: chefe do Estado-Maior-General; antigo chefe do Estado-Maior do Exército e antigo quartel-mestre-general das Forças Armadas de Mianmar	O tenente-general Kyaw Swar Lin foi quartel-mestre-general de maio de 2020 a dezembro de 2024, altura em que foi promovido a chefe do Estado-Maior do Exército, da Marinha e da Força Aérea de Mianmar, um posto de alta patente nas forças militares de Mianmar/Birmânia. De outubro de 2023 a dezembro de 2024, foi também chefe do Estado-Maior do Exército. Além disso, Kyaw Swar Lin gere a Myanmar Economic Corporation Limited (MEC), que é um dos dois maiores conglomerados e sociedades gestoras de participações operados pelas forças militares, gerando receitas para as Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw). Na qualidade de chefe do Estado-Maior-General, de antigo chefe do Estado-Maior do Exército e de antigo quartel-mestre-general, integra o regime militar que tomou o poder durante um golpe militar e derrubou os dirigentes legitimamente eleitos em Mianmar/Birmânia. Por conseguinte, Kyaw Swar Lin é uma pessoa singular cujas políticas ou atividades comprometem a democracia ou o Estado de direito em Mianmar/Birmânia, e que apoia ações que ameaçam a paz, a segurança ou a estabilidade de Mianmar/Birmânia.	20.7.2023».

ELI: http://data.europa.eu/eli/dec/2025/820/oj